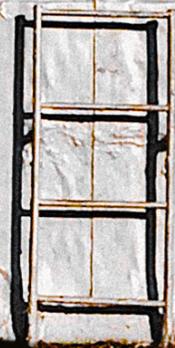
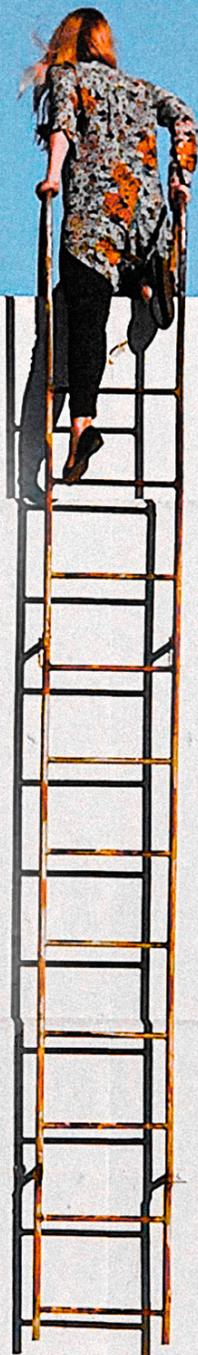


GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Prof^a Dr^a Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Prof^a. Dr^a. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Prof^a Dr^a Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Prof^a Dr^a Joana Maria Pedro (UFSC)

Prof^a Dr^a Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Prof^a Dr^a Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Prof^a Dr^a Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

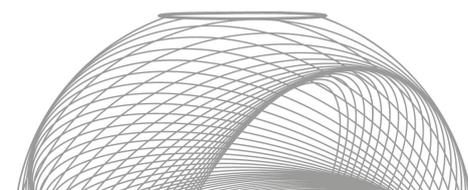
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.
447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

Prefácio.....	12
----------------------	-----------

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....	13
--	-----------

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....	30
--	-----------

Iná Elias de Castro (UFRJ)

Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....	46
---	-----------

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....	66
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....	75
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica	89
--	-----------

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111	
--	--

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....	130
---	------------

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia Eleitoral.....	147
--	------------

Daniel A. de Azevedo (UnB)

Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das Ações em um Contexto de Emergência.....	174
---	------------

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....	195
--	------------

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-Americanos	215
--	------------

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da Geografia Política.....	230
---	------------

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da Funcionalidade.....	254
--	------------

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....	278
---	------------

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....	298
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....	313
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....	335
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....	347
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....	368
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....	396
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....	416
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
Sobre os Autores.....	438

PARTE II

DIVERSIDADE

TEMÁTICA

ABORDAGENS DA GEOPOLÍTICA AMBIENTAL NA CONTEMPORANEIDADE: AS ESCALAS DAS AÇÕES EM UM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA

Luis Paulo Batista da Silva
Universidade Federal da Bahia
luispbs@ufba.br

Introdução

Dado o papel sem igual desempenhado pela Amazônia no ciclo hidrológico planetário, é esperado que o desflorestamento em larga escala desta região leve todo o sistema terrestre para além de um limite crítico, para um regime climático qualitativamente diferente. Além da perda de biodiversidade, tal transformação terá consequências múltiplas e catastróficas para o bem-estar humano, incluindo uma difundida insegurança alimentar e de água acarretando migrações em massa e instabilidade política [...].

A Amazônia está prestes a se transformar de uma grande área florestada para uma paisagem sem cobertura florestal, sendo que as mudanças estão ocorrendo em uma velocidade muito mais rápida que as respostas adaptativas das espécies, pessoas e ecossistemas. Medidas políticas para prevenir o pior são conhecidas e devem ser efetivadas imediatamente. Nós precisamos de vontade e liderança política para agir a partir desta realidade (Albert et al., 2023)⁴².

O trecho acima chama a atenção a respeito da imprevisibilidade das profundas e velozes mudanças ecológicas, sociais e políticas pelas quais a Amazônia vem passando nos últimos anos. O conhecimento a respeito do papel deste bioma no sistema terrestre torna a Amazônia uma região de interesse não só no Brasil, não só na América do Sul, mas global. O modo em que os diferentes Estados nacionais, atores econômicos e políticos internacionais irão atuar neste novo cenário, ainda é incerto.

42 Tradução livre do inglês, assim como os demais textos traduzidos.

No entanto, é certo que os efeitos das mudanças ambientais nesta parte do globo reverberarão em diferentes regiões, demandando ações para a adaptação e a mitigação dos seus efeitos. Desta forma, os discursos, práticas e ações espaciais em torno das mudanças ambientais têm gerado um campo de reflexões na Geopolítica contemporânea, intitulada de Geopolítica Ambiental. Este capítulo tem o objetivo de apresentar as principais abordagens teóricas da Geopolítica Ambiental e os seus desdobramentos práticos, seja pelos Estados, organizações internacionais, entre outros atores políticos relevantes no debate ambiental contemporâneo.

Em primeiro lugar, é preciso apontar que considerações a respeito das disputas e sobre as condições de acesso e distribuição dos bens naturais, situados na terra ou no mar, não são temas novos na Geografia Política ou na Geopolítica. Controlar o acesso a recursos desigualmente distribuídos e indispensáveis para garantir a riqueza e a sobrevivência das sociedades humanas é um dos temas mais recorrentes na interpretação da origem, desenvolvimento e ameaças às sociedades humanas. Se, por um lado, a argumentação a favor do determinismo ambiental ou geográfico como elemento do progresso social, econômico e político pode ser visto como um passado remoto da disciplina geográfica, por outro, ainda nos dias de hoje existem aqueles que avaliam a disponibilidade de recursos naturais como um fator preponderante para o desenvolvimento econômico, para a emergência de conflitos ou para a estabilidade política dos Estados nacionais (para mudanças e permanências do determinismo ambiental, do fator geográfico e da questão ambiental na Geografia veja: Bassin, 2006; Ribeiro, 2010).

Mesmo com este histórico na Geografia Política ainda restam mais dúvidas do que consensos acerca do papel da natureza e dos recursos naturais nas interações políticas contemporâneas (O'Lear, 2018). Nos dias de hoje, a complexidade das relações entre meio ambiente e política está atrelada às profundas mudanças causadas pelos seres humanos nos sistemas naturais em uma escala global, como pode ser compreendido nas afirmações a respeito das mudanças no ecossistema amazônico citado na epígrafe, além das constantes notícias sobre secas, enchentes, queimadas e furacões extremos que temos frequentemente acompanhado. Ao mesmo tempo que tentamos entender e explicar as diferentes associações entre política e meio ambiente, o próprio dualismo constitutivo da modernidade entre sociedade e natureza tem sido questionado, dada a indissociabilidade dos sistemas físicos e humanos. Sendo assim, dada a extensão, a intensidade e a velocidade dos problemas ambientais contemporâneos, torna-se imperativa a ação conjunta e organizada dos Estados nacionais e de atores não estatais para a construção de uma nova ordem geopolítica ambiental. Mesmo que a construção de uma ordem geopolítica para o meio ambiente ainda seja embrionária e insuficiente para lidar com a escala dos desafios do nosso tempo, é importante avaliar criticamente os experimentos e avanços institucionais ensejados neste sentido (Castree, 2006).

Assim, este capítulo examinará as questões e as abordagens construídas no âmbito da geopolítica ambiental contemporânea. A primeira seção apresenta um panorama dos desafios enfrentados nos dias de hoje na pauta ambiental. Nela, situamos a constatação de que as ações humanas sobre o meio ambiente têm compreendida

e divulgada por meio de conceitos como Antropoceno e emergência ambiental⁴³, o que tem repercussões nas ações e discursos geopolíticos. A partir da segunda parte, examinamos estes discursos, sendo o primeiro o discurso realista, que demarcam o conjunto de ameaças e (in)seguranças ambientais desde o fim da Guerra Fria. Nesta visão, os problemas ambientais são vistos como fonte das ameaças de violência e guerra (seja pela água, pelo clima ou demais recursos naturais) no futuro próximo. Assim, o problema ambiental é um tema a ser tratado pelos Estados nacionais a partir das suas relações de poder no interior do sistema internacional hegemônico. Na terceira parte, apresentaremos a manifestação da abordagem liberal/pluralista ou institucional cooperativa por meio das organizações estatais e não estatais que procuram endereçar as questões ambientais por meio de mecanismos de governança voltados para a gestão econômica e política dos recursos naturais. Por fim, o discurso crítico tem sido desenvolvido a partir de uma miríade de perspectivas teóricas, tais como a da justiça/racismo ambiental e da análise das hegemônias. Procuramos apresentar a maior diversidade de casos quanto possível ao longo do artigo, porém, dado o estudo da temática sobre o compartilhamento de águas superficiais na América do Sul, certamente a água e a América do Sul serão exemplos citados com maior frequência.

Os desafios da emergência ambiental e do Antropoceno para a geopolítica

A escala dos desafios ambientais que serão enfrentados em nosso tempo e dos novos arranjos políticos que serão necessários para enfrentá-los podem ser sintetizados no conceito de Antropoceno. A constatação da nova era geológica do Antropoceno, assim como as pesquisas sobre os limites planetários e dos pontos de não retorno demonstram que os seres humanos alteraram de forma irreversível as funções ecossistêmicas e os ciclos biogeoquímicos em uma taxa e escala sem precedentes (Nizkorodov; Matthew, 2021, p.4-5). Por sua vez ao aprofundar a questão do Antropoceno a partir da sua dimensão geopolítica, Simon Dalby argumenta que:

A formulação do Antropoceno deixa claro que as forças globalizantes do Estado, juntamente com o desenvolvimento econômico, são também forças geomórficas e ambientais responsáveis por reorganizar paisagens, represar rios e mover grandes quantidades de material para construir

43 O conceito de emergência ambiental tem um sentido específico nas ações políticas de prevenção e combate aos riscos ambientais, definida como “uma ocorrência imprevista e indesejável, que pode causar danos diretos e indiretos ao meio ambiente e à saúde pública, além de prejuízos econômicos e sociais” (Feam, 2020, s.p.). No entanto, aqui, empregamos o termo de forma mais ampla, a partir do crescente reconhecimento de que os efeitos catastróficos das mudanças climáticas têm se desdobrado em um estado de emergência em nível planetário. Ao mesmo tempo, os riscos de extinções em massa em diversos ecossistemas ao redor do mundo têm alarmado para a situação de emergência na biodiversidade (Artaxo, 2020; Gupta; Vegelin; Pouw, 2022). Assim, empregamos a ideia de emergência ambiental para indicar este conjunto de sistemas naturais que se encontram em estado crítico graças à ação humana.

estradas, ferrovias e cidades – tudo feito com a intenção de conectar o Estado em uma economia global (Dalby, 2020, p.7).

Neste contexto, pensar e praticar a geopolítica do Antropoceno requer uma reflexão das condições do mundo que queremos viver daqui para a frente, como diferentes atores políticos globais se posicionam frente às drásticas mudanças ambientais e como vamos construir alternativas para coabitar o planeta em mutação – se é que ainda será possível que todos coabitemos este planeta (Latour, 2020)!

O entendimento de que a remediação dos efeitos, ameaças e riscos da emergência ambiental⁴⁴ devam ser buscados na escala global ganhou tração a partir da década de 1970. A partir daquela década, o avanço do conhecimento de que os danos causados ao ambiente na escala local estavam ligados a sistemas naturais globais ensejaram os primeiros esforços conjuntos para a organização de um sistema internacional para o meio ambiente. A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano e o Meio Ambiente, realizado em Estocolmo, Suécia, em 1972, foi fundamental para lançar as bases de um sistema político que reconhecesse a necessidade da ação conjunta para combater as ameaças ao meio ambiente. Neste contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável é forjado como um ponto de entendimento possível entre os países mais e os menos desenvolvidos economicamente, dado que o segundo grupo via as ações para a limitação ao desenvolvimento econômico como prejudiciais ao combate à pobreza e à fome (Whitehead, 2007). Por outro lado, este consenso possível coloca em evidência a consolidação de um ambientalismo hegemônico no interior do sistema internacional ambiental, onde os Estados desenvolvidos ratificam o seu modelo de desenvolvimento diante dos seus pares (Campello, 2018).

A partir deste momento, diferentes discursos e práticas geopolíticas têm sido desenvolvidas para estabelecer o entendimento sobre as causas da emergência ambiental, os desafios para a sua resolução e as instituições responsáveis por combatê-la. Na escala internacional existem dois discursos dominantes sobre a representação da crise ambiental, segundo O’Lear (2018, p.19): a primeira, a abordagem realista ou tradicional, que vê o Estado como o principal ator afetado, mas também responsável por produzir ideias e normas sobre a gestão ambiental, sendo que ao fazer isso ele preserva ou amplia o seu poder relativo em relação a outros Estados; a segunda, é a liberal/pluralista ou institucionalista cooperativa, que valoriza o papel das organizações supranacionais, organizações não-estatais (tais como empresas transnacionais e ONGs), além da mídia, como influenciadoras no sistema internacional do meio ambiente.

44 O conceito de emergência ambiental tem um sentido específico nas ações políticas de prevenção e combate aos riscos ambientais, definida como “uma ocorrência imprevista e indesejável, que pode causar danos diretos e indiretos ao meio ambiente e à saúde pública, além de prejuízos econômicos e sociais” (Feam, 2020, s.p.). No entanto, aqui, empregamos o termo de forma mais ampla, a partir do crescente reconhecimento de que os efeitos catastróficos das mudanças climáticas têm se desdobrado em um estado de emergência em nível planetário. Ao mesmo tempo, os riscos de extinções em massa em diversos ecossistemas ao redor do mundo têm alarmado para a situação de emergência na biodiversidade (Artaxo, 2020; Gupta; Vegelin; Pouw, 2022). Assim, empregamos a ideia de emergência ambiental para indicar este conjunto de sistemas naturais que se encontram em estado crítico graças à ação humana.

No entanto, como a autora (*ibid.*) pondera, ambos os discursos definem os atores legítimos para lidar com as questões ambientais, mas ambos também são abordagens que aceitam o *status quo* em termos políticos e econômicos. Contestando os discursos geopolíticos dominantes, teorias críticas indicadas em O'Lear (*ibid.*) e Castree (2006), questionam os enquadramentos da natureza⁴⁵ e da sociedade propostas para agir sobre os problemas e soluções da emergência ambiental. A partir desta abordagem é questionado a quem serve o uso dos recursos naturais no sistema de produção capitalista? Quais são os grupos sociais mais afetados pela manifestação da emergência ambiental? Quais são os mecanismos de poder que permitem o surgimento da atual ordem geopolítica ambiental?

A (in)segurança ambiental e as guerras por recursos

Após o fim da Guerra Fria, emergiu um conjunto de novas ameaças às sociedades humanas e à estabilidade política e econômica, tanto no nível nacional quanto internacional. Ao mesmo tempo, a consolidação de estudos científicos como *O Nosso Futuro Comum – Relatório Brundtland* (1987), consolidaram o entendimento de que as ações humanas sobre os sistemas naturais produziram efeitos nocivos ao ponto de ameaçar o sistema terrestre e que a sua remediação necessitaria de uma ação conjunta dos Estados nacionais. Assim, emerge a preocupação em entender as relações entre as mudanças ambientais provocadas pelos seres humanos, o recrudescimento de conflitos ambientais e da violência provocada pelo acesso (ou a falta de) aos recursos naturais. Desta forma, verifica-se uma maior necessidade em conhecer o papel do ambiente e das modificações antrópicas, tanto como causa de novos conflitos violentos, mas também como alvo de ações violentas e o seu papel para a construção e manutenção da paz.

Se no período anterior a 1989 a questão que norteava a política internacional era o embate entre os blocos capitalistas e socialistas, no momento logo após a queda do muro de Berlim as ameaças e tensões do poder global mudaram de foco e direção. Alguns dos temas que surgiram a partir dessa reavaliação das tensões políticas na década de 1990 foram a segurança ambiental, a segurança econômica e a segurança alimentícia, só para citar alguns exemplos.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, alguns eventos catastróficos, como o acidente de Chernobyl e o forte verão no hemisfério norte em 1988, trouxeram à tona o caráter transfronteiriço da ameaça ambiental, pois os efeitos dos desastres natu-

45 Whitehead, Jones e Jones (2007, p.14) formulam o conceito de enquadramento, a partir do trabalho de Michel Callon, para analisar as ações estatais para gerir os recursos naturais. O enquadramento é estrutura por meio da qual os recursos naturais podem ser conhecidos, calculados e, portanto, geridos. Na estrutura do Estado-nação moderno duas ações são necessárias para pôr em ação o enquadramento burocrático da natureza: a centralização e a territorialização. A centralização envolve a produção de conhecimento padronizado e quantificado sobre a natureza por meio de arranjos institucionais e artefatos científicos, como centros de pesquisa e dados estatísticos. A centralização do conhecimento sobre a natureza cria um campo de poder do Estado sobre uma natureza simplificada e científica.

rais podem transcender os limites internacionais. Neste período uma série de artigos buscou evidenciar as possibilidades de recrudescimento das ameaças ambientais e a necessidade de uma maior articulação internacional para enfrentar estes riscos. Um dos artigos com maior repercussão neste período foi o de Robert Kaplan, “*The coming anarchy*”:

É hora de ver o meio ambiente como ele deve ser visto: como o tema de segurança nacional do século XXI. O impacto político e estratégico do crescimento populacional, da propagação de doenças, do desflorestamento, da erosão dos solos, do esgotamento da água, da poluição do ar e, possivelmente, do aumento do nível do mar em regiões superpovoadas, como o delta do Nilo e Bangladesh – fatos que irão gerar migrações em massa e incitar diversos conflitos – serão os grandes desafios da política internacional, despertando diversos interesses após o fim da Guerra Fria. No século XXI a água estará escassa em lugares tão diversos quanto a Arábia Saudita, a Ásia Central e o sudoeste norte americano. Uma guerra pode ser desencadeada entre o Egito e a Etiópia pelas águas do rio Nilo. Mesmo na Europa tensões surgem entre a Hungria e a Eslováquia, em razão das barragens no rio Danúbio, um caso típico de como as disputas ambientais se fundem com elementos étnicos e históricos (Kaplan, 1994, p.7).

A crise ambiental é analisada cada vez mais como um tema que afeta a segurança dos Estados nacionais. A conexão entre recurso natural, meio ambiente e segurança nacional não é evidente, mas a partir deste período o termo segurança ambiental passou a demarcar um campo de estudos e de políticas voltados a buscar a conexão entre estes elementos de manutenção das boas condições ambientais e a manutenção da paz inter e intraestatal.

Outro termo frequentemente usado para destacar a importância dos recursos naturais no campo da (in)segurança estatal é o de *resource wars*. Este termo passou a ser empregado com maior intensidade na década de 1980 para designar o recrudescimento das tensões entre Estados Unidos e União Soviética pelo controle de recursos naturais na periferia das suas áreas de influência (Le Billon, 2007). No entanto, com o fim da influência do bloco socialista, a década de 1990 apresentou uma série de conflitos onde os recursos naturais deixaram de servir como fonte de materiais para a manutenção das máquinas de guerra, para se tornarem alguns dos principais motivos de conflitos violentos, tanto para o controle do acesso a recursos importantes para a sua reprodução social, isto é, são vitais para uma sociedade, como a água e alimentos; mas também em torno de recursos que são valorizados, como petróleo e outros minérios (Le Billon, 2001; 2004). No entanto, certas nações definem alguns recursos naturais não vitais para a sobrevivência da sua população, como o petróleo, como um recurso essencial para a segurança nacional e, assim, vitais para a posição política e econômica do país no sistema internacional. Este é o caso, por exemplo, das doutrinas Carter (1980) e Bush (1990), nos Estados Unidos, que reconheciam o acesso ao petróleo do Oriente Médio como um elemento vital para a estabilidade

nacional estadunidense (Klare, 2021).

Neste sentido, a guerra por recurso natural pode ser definida como um conflito violento no qual a busca por recursos naturais constitui um proeminente impulso à luta (Klare, 2021). Ao definir os recursos naturais como uma causa específica de conflitos, corre-se o risco de simplificar as origens dos conflitos armados, assumindo-os como monocausais. A simples presença ou ausência de recursos naturais não determina a ocorrência de conflitos violentos. Conclusões determinísticas são geralmente divididas entre aquelas que apontam, por um lado, que a escassez de recursos naturais (especialmente recursos renováveis) geram conflitos entre grupos ou países que precisam acessar este bem para manter o seu desenvolvimento e, por outro, aqueles que concluem que a abundância de recursos (especialmente os não-renováveis), em razão do seu alto valor, geram conflitos entre grupos políticos que tentam extrair a renda da sua exploração (Klare, 2021).

Em vez de determinantes, os conflitos armados envolvendo recursos minerais ou florestais estão intrincados em contextos geopolíticos e econômicos mais amplos (Le Billon, 2007). Além disso, se as disputas entre grupos políticos para controlar os recursos naturais gerarão violência dependerá de atributos diversos: como a sua distribuição espacial e o modo em que ele é explorado e apropriado pelos diferentes grupos sociais em um país. Le Billon (2001) argumenta que a maior parte dos conflitos relacionados com recursos naturais não deriva de sua abundância ou escassez, mas sim da dependência econômica e política de um Estado em torno de um recurso natural. Nestes casos, a sociedade nacional se torna vulnerável ao controle exclusivo por parte de grupos de poder que controlam a sua exploração, assim como estão mais susceptíveis às oscilações do mercado externo, que determina o preço das commodities.

Ao longo do século XX o petróleo foi o recurso natural mais fortemente atrelado às ameaças de conflitos violentos, especialmente em regiões sensíveis em termos de produção e distribuição como, por exemplo, o Oriente Médio e o norte da África. No entanto, na virada do século XXI, a água passou a ser destacada enquanto um recurso vital, passível de gerar guerras em diferentes regiões do mundo. Isto porque a água é um recurso vital para a sobrevivência na Terra, não pode ser substituída e está distribuída desigualmente ao redor do planeta, sendo que áreas densamente povoadas estão situadas em regiões áridas e semiáridas. Para piorar, com as mudanças climáticas, a disponibilidade de água está cada vez mais imprevisível, além do fato que em diversas regiões já afetadas com escassez hídrica é prevista a diminuição da disponibilidade hídrica (Klare, 2021). Ao destacar o perigo de emergência das chamadas *water wars*, uma série de ensaios tem buscado apontar as causas e identificar possíveis soluções para esta ameaça. Trabalhos como o de Gleick (1993), De Villiers (2003) e Shiva (2016) argumentam que os conflitos em torno da água são decorrentes de diversos fatores, entre eles, aqueles citados acima, mas também o resultado de distintas concepções do papel e do uso da água na sociedade. Usando uma definição bem ampla do que se entende por guerras e conflitos, Shiva afirma que:

[...] as guerras da água não são uma coisa do futuro. Elas já nos cercam, embora não sejam facilmente reconhecíveis. Essas guerras são tanto entre paradigmas – conflitos sobre a forma na qual percebemos e valoriza-

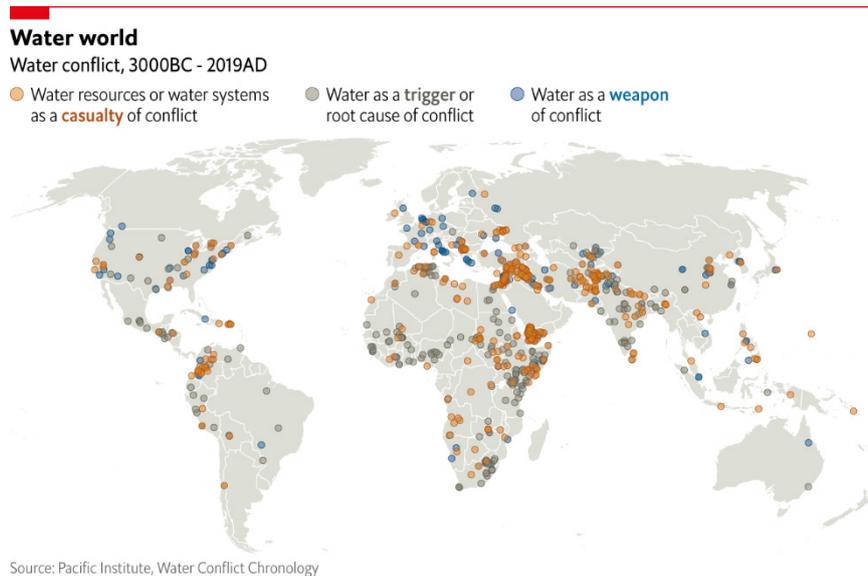
mos a água – como guerras tradicionais, lutadas com armas e granadas (Shiva, 2016, p.IX).

Os recursos hídricos transfronteiriços são capazes de provocar tensões entre as comunidades separadas pelos limites internacionais. Entre as ações que teriam um efeito catalisador na escalada da violência, as grandes barragens são citadas como um símbolo de paradigmas antagônicos de gestão da água. Outras grandes obras de infraestrutura, como sistemas de irrigação, captação de água para atividades mineadoras e projetos de agricultura em larga escala são apontados como razões para conflitos e a fonte da escassez estrutural de água (De Villiers, 2003; Shiva, 2016).

O cenário de futuras guerras da água não é apenas o fruto da maior pressão demográfica sobre os recursos hídricos, mas também o resultado de uma série de mudanças no modelo de acesso e controle deste recurso, o que intensifica a disputa por suas fontes. As grandes hidrelétricas e seus reservatórios, um dos marcos das políticas desenvolvimentistas do século XX, serviram para ampliar a capacidade de geração de energia e a disponibilidade de água em diferentes períodos do ano; contudo, também causaram deslocamentos populacionais, secas e modificaram o regime hidrológico em diferentes ecossistemas, o que são fatores que levariam a conflitos (Gleick, 2000).

Esta análise da relação entre água e segurança marcou o debate sobre a hidropolítica durante muito tempo. Gleick e Iceland (2018) indicam diversas situações em que a água é usada em conflitos, seja como instrumento e arma de guerra, como uma fonte de controle populacional ou como alvo de ações militares. Em uma publicação especial de 2019 da revista *The Economist*, o discurso sobre as futuras *water wars* é ponderada à luz de dados mais recentes, pois, como argumenta a revista: “Já se tornou um cliché apocalíptico: futuras guerras serão sobre água. Esta previsão já é velha o suficiente para encontrar uma reação cética. As pessoas já se perguntam: afinal, o que aconteceu com as guerras da água?” (THE ECONOMIST, 2019: s/p). A resposta a este questionamento está no reconhecimento de que as guerras entre Estados nacionais ainda é um prognóstico, cada vez mais realista, em razão dos dados cada vez mais evidentes de aumento da escassez, mas que os conflitos presentes em relação à água são, na sua maior parte, no nível subnacional, como pode ser observado no mapa abaixo (Figura 1).

Figura 1: Conflitos pela água 3000 a.C. - 2019 d.C.



Fonte: <https://www.economist.com/graphic-detail/2019/11/18/whatever-happened-to-the-water-wars>

Apesar de guerras exclusivamente pela água sejam pouco prováveis, já que poderiam contaminar os recursos hídricos em disputa, foi preciso buscar outras interpretações para analisar as interações hidropolíticas em um contexto de aumento das indefinições a respeito da disponibilidade hídrica. Um dos caminhos adotados foi observar a construção de instituições criadas por meio de tratados internacionais e organizações de bacias hidrográficas transfronteiriças, que deveriam salvaguardar as condições de uso das águas compartilhadas.

Instituições para a governança do meio ambiente global

A emergência ambiental contemporânea também tem motivado a criação de novos arranjos políticos internacionais, na forma de acordos, tratados, convênios, redes e regimes, que buscam instituir mecanismos de cooperação para adaptar as sociedades e mitigar os riscos ambientais. Dentro desta plethora de instituições e interações políticas, há uma compreensão geral de que o combate aos problemas ambientais e as organizações para a governança ambiental, mais do que fundamentos para a emergência de guerras e conflitos violentos, podem fortalecer a paz, a confiança e a cooperação entre os povos, seja na forma de acordos entre Estados nacionais, grupos

da sociedade civil, redes de cidades, conglomerados empresariais etc (Speth; Hass, 2006).

Dentro de uma compreensão liberal da organização política, a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, o conceito de governança ganhou destaque nas análises e propostas de políticas públicas em diversas áreas, entre elas no campo ambiental. A emergência deste conceito está ligada a processos políticos como a crise do estado intervencionista e keynesiano na década de 1970, a manifestação de propostas neoliberais que buscavam diminuir a participação econômica e política do Estado e o advento de novos atores políticos, governamentais e não-governamentais, que passaram a ter participação cada vez mais ativa na tomada de decisões (Goodwin; Jones; Jones, 2017). Sendo assim, este conceito tem como um de seus fundamentos a problematização do poder, pois coloca em xeque o papel central do Estado-nação para a regulação e a administração dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que busca destacar a maior influência de atores não governamentais, como empresas, ONGs e movimentos sociais (Bridge; Perreault, 2009)

Desta forma, o conceito de governança aplicado ao meio ambiente pode ser definido como a forma em que atores governamentais e não governamentais tomam decisões para alocar, administrar e regular o uso dos recursos naturais. Este conceito indica uma grande preocupação em articular a análise das ações políticas e econômicas das instituições que agem sobre o meio ambiente (Bridge e Perreault, *ibid*). Na Geografia, o conceito de governança apresenta uma grande relevância, pois destaca o papel de diferentes atores políticos na administração, gestão e controle dos recursos naturais presentes em uma área, seja uma cidade, um parque ou uma região (Goodwin, Jones e Jones, 2017). Associado a esta complexidade de interesses e agentes está o problema em definir a escala mais apropriada para a governança dos recursos naturais, pois instituições e regimes ambientais para serem implementados, efetivamente, buscam a melhor maneira de justapor sistemas organizados em distintas formas espaciais, como sistemas naturais, políticos e econômicos. Assim, abordagens como as da governança multi-escalar, policêntrica, descentralizada e adaptativa são avanços na política de escalas da governança do meio ambiente, no sentido de criar mecanismos de gestão que respeitem a soberania territorial dos Estados nacionais, a dinâmica dos sistemas naturais e permitam a ampla participação de atores sociais nas ações políticas sobre os recursos naturais (Pahl-Wostl et al., 2021; Whaley, 2022).

Estes novos arranjos de governança relativizam o poder do Estado em administrar e gerir os recursos no seu território. Isto se dá por uma reação ao modelo de governança fortemente centralizado, estatal, construído entre as décadas de 1960 e 1970, responsável por grande avanço na construção de infraestruturas, mas também por grandes impactos ambientais (Pahl-Wostl, 2019). Neste caminho, a escala local passou a ser colocada como a origem de decisões de alocação e de distribuição da água mais adequadas e democráticas para o uso da água. No entanto, vale a pena manter o ceticismo sobre as reais possibilidades de descentralização do poder, dado que no local poderes hegemônicos também podem ser constituídos para o controle dos recursos naturais (Norman; Cook; Cohen, 2015). Ao mesmo tempo, em algumas análises sobre a construção de estruturas de governança o Estado ainda é observado como a instância com poder e capacidade de guiar, coordenar, comunicar e aplicar

ações que envolvam um grande número de atores políticos. Mesmo quando são definidos mecanismos mais descentralizados, em rede ou multi-escalar de governança, no geral, o Estado é o nível que administra a maior quantidade de recursos financeiros, além de exercer a metagovernança, ou seja, a distribuição de responsabilidades e a aferição de resultados (Goodwin; Jones; Jones, 2017; Woolley, 2014).

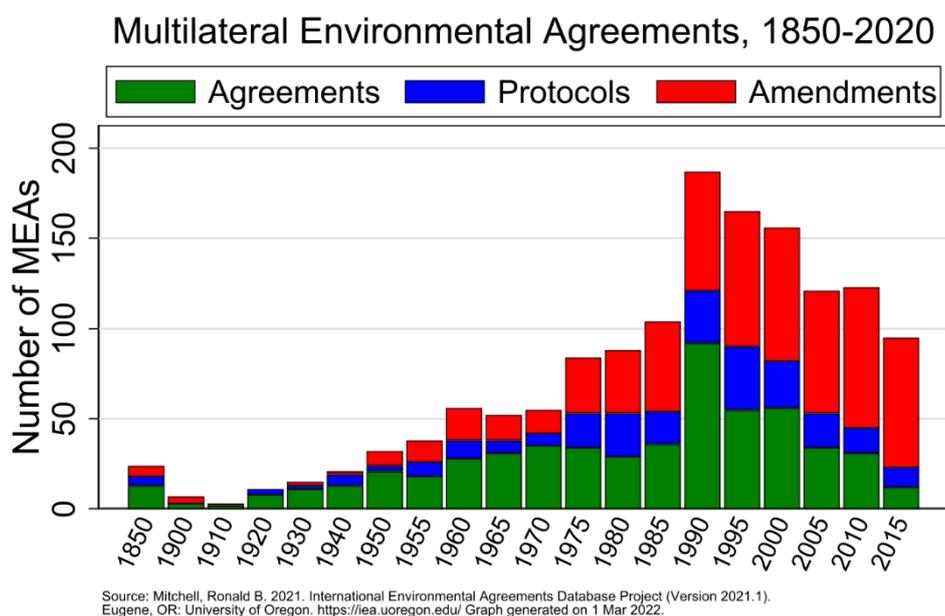
No âmbito da cooperação internacional, as instituições formais são consolidadas por meio de tratados e acordos diplomáticos que, no geral, constituem organizações. Nas palavras de Higgott:

Quando falamos sobre organizações em relações internacionais falamos invariavelmente sobre instituições [...]. Todas as organizações são instituições, mas nem todas as instituições são organizações. As instituições podem carecer de estruturas organizacionais, por sua vez algumas organizações podem ter múltiplos papéis institucionais (Higgott, 2006, p.611).

No entanto, é importante destacar o papel de instituições não formalizadas em documentos oficiais, mas que são sancionadas por meio das ações cotidianas dos atores sociais. Em perspectivas históricas e sociológicas do neoinstitucionalismo, regras tácitas assumem um papel fundamental na construção de relacionamentos de confiança para o compartilhamento de bens comuns (Hassenforder; Barone, 2019).

Desde a reunião de Estocolmo, em 1972, o número de instituições internacionais formais criadas para governar e evitar, ou mitigar, a degradação dos recursos naturais cresceu de forma exponencial. Outro período de crescimento no número destas instituições foi a metade da década de 1990, quando ocorreu a reunião da Rio +20 (Figura 2). Mais recentemente, as pesquisas têm se interessado em identificar os caminhos que levam à construção de instituições formais efetivas no combate aos danos e riscos ambientais, além da possibilidade de elas garantirem mecanismos de participação democrática, equalitária e sustentável no acesso aos recursos naturais.

Figura 2: Criação de acordos ambientais multilaterais (MEAs), por década, entre 1850-2020.



Fonte: <https://iea.uoregon.edu/>

Neste tópico, Gupta et al. (2022) destacam as lições aprendidas ao longo dos últimos anos para a efetivação de uma governança ambiental global. Um primeiro elemento de atenção são as motivações políticas e econômicas dos atores sociais participantes na criação de regimes ambientais. Isto é fundamental para entender o formato, a escala e os mecanismos de gestão instituídos por meio de tratados e acordos internacionais.

O segundo ponto de interesse são os efeitos da fragmentação dos regimes ambientais, pois, se por um lado, a diminuição do número de atores facilita a promulgação de acordos entre diferentes partes, por outro, a fragmentação entre diferentes temas ambientais pode levar a conflitos, incoerências e injustiças na interação entre diferentes regimes ambientais. Por exemplo, o regime de acordos climáticos, ao focar no papel das florestas como sumidouros de carbono, entra em contradição com os regimes para a preservação da biodiversidade e das florestas, pois sumidouros de carbono não necessariamente precisam manter a biodiversidade das florestas para cumprir o seu papel.

Um terceiro ponto de debate é o *design* dos acordos, isto é, quais são os princípios, objetivos, regras e abordagens acordados entre os participantes de uma instituição ambiental. As abordagens podem variar entre acordos vinculativos ou não, ou seja, variar na obrigatoriedade de adotar nacionalmente o que foi definido no acordo. Instrumentos que podem ser benéficos para a efetividade dos acordos são a inclusão de metas e o seu respectivo cronograma, a previsão de transferência de tecnologias e de dados, a inclusão de mecanismos de financiamento e de compensação.

Por fim, a etapa da implementação interessa para compreender a articulação e a mobilização dos diferentes atores participantes, como cada ator autônomo institui e executa o que é previsto e como as organizações responsáveis por acompanhar a execução dos objetivos podem exercer instrumentos para a conformidade do que foi instituído.

Em relação à cooperação institucionalizada em torno dos recursos hídricos compartilhados por dois ou mais países, a solução tradicional em relação ao problema da escala é adotar a bacia hidrográfica enquanto o recorte espacial mais adequado para a governança dos recursos hídricos. A solução da adoção da bacia hidrográfica é coerente com os postulados do paradigma da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH), que defende que a escala espacial mais adequada para a gestão dos recursos hídricos é a escala natural do sistema hidrológico, pois, idealmente, é no interior da bacia hidrográfica que se encontram os atores mais interessados em cooperar para o seu uso sustentável (Cohen, 2015; Molle, 2009). Ademais, mesmo que os divisores de drenagem de bacias transfronteiriças não coincidam com os limites internacionais entre os países que compartilham a sua água, a adoção da bacia hidrográfica como o recorte espacial para a governança hídrica permite a construção de uma identidade e de uma narrativa regionalizada sobre o papel da água, o que serve para a execução de projetos políticos e econômicos para o seu uso – isto ocorre especialmente para projetos que visam o aproveitamento dos recursos hídricos para o desenvolvimento econômico, seja para a produção hidrelétrica, irrigação etc (Silva; Hussein, 2019).

Schmeier (2013), junto ao *Transboundary Freshwater Dispute Database* (TFDD), produziram o banco de dados mais completo sobre as Organizações de Bacias Hidrográficas (RBO, na sigla em inglês). As RBOs são instituições responsáveis pela governança de bacias transfronteiriças, compostas por diversos atores, governamentais e não governamentais. Até 2013 foram identificadas 119 RBOs ao redor do mundo, sendo que algumas delas regulam mais de uma bacia hidrográfica. Por outro lado, algumas bacias hidrográficas têm mais de uma RBO responsável pela sua governança. Sendo assim, do total de 263 bacias hidrográficas transfronteiriças, 116 contém, pelo menos, um RBO.

Os dados da distribuição das RBOs por continente apresentam uma alta proporção de bacias com RBOs na América do Norte. No geral, isto se deve pelo pequeno número de países, apenas três. A comparação entre a Europa e a América Latina deve ser relativizada. A Europa deve muito do grande número de bacias transfronteiriças e de organizações à pequena área dos territórios nacionais, o que aumenta o número de tratados e organizações binacionais. Por outro lado, pode tornar o arranjo institucional dessas organizações mais complexos, como no caso do Danúbio, onde 19 países compartilham os seus recursos hídricos. Vale destacar que das 16 RBOs situadas na América Latina, oito delas estão nas duas das bacias hidrográficas mais extensas do globo: a Amazônica e do Prata, com grande número de países ripários.

Ainda segundo Schmeier (*ibid.*), a maior parte das 119 organizações foi criada a partir dos anos 1990, o que está relacionado com o advento da problemática da crise da água no debate internacional. Os temas da quantidade/alocação ou a qualidade da água incentivaram a criação de 32 RBOs. Por outro lado, em 27 casos o maior problema é a qualidade da água. Problemas como quantidade ou qualidade da água são

apontados como mais complexos, pois têm efeitos diretos na segurança nacional e na população dos diferentes países. Sendo assim, as RBOs criadas para enfrentar questões que envolvem um amplo espectro de temas relacionados à água, sofrem com a falta de clareza nas atribuições e instrumentos das organizações. Por outro lado, RBOs que têm metas e instrumentos mais específicos e claramente definidos possuem maior efetividade para a implementação de seus objetivos (Schmeier; Shubber, 2018).

Seguramente, a existência de tratados e acordos internacionais são uma etapa importante para o estabelecimento de uma ordem ambiental global e para a busca de consensos em torno de melhores condições para o uso e distribuição dos recursos naturais. No entanto, a assinatura destes instrumentos diplomáticos não diz toda a história a respeito das relações geopolíticas em torno dos bens naturais comuns. Um acordo, tratado ou organização é o resultado de negociações que muitas vezes envolvem assimetrias no exercício do poder. Ao mesmo tempo, estas instituições produzem ações voltadas ao aproveitamento dos recursos hídricos que podem prejudicar grupos desfavorecidos e criar sistemas desiguais de governança da água (Ribeiro, 2017). Desta forma, abordagens críticas voltadas para o entendimento da geopolítica ambiental são necessárias para compreender como os diferentes discursos sobre a emergência ambiental contemporânea são tratados em um mundo globalizado.

Abordagens críticas na geopolítica ambiental: o poder hegemônico e justiça/racismo ambiental

As abordagens críticas na geopolítica ambiental estão atreladas ao movimento mais amplo de questionamentos sobre as análises e práticas geopolíticas clássicas. As abordagens geopolíticas críticas partem do reconhecimento de que o conhecimento, às representações e os discursos geográficos estão vinculados ao exercício de poder e a interesses políticos (O’Lear, 2018). Ao tratar dos problemas ambientais contemporâneos, Castree (2006) avalia que as abordagens realistas e liberais são insuficientes para avaliar os efeitos da degradação e da emergência ambiental na produção de desigualdades sociais ao redor do mundo. Ao contrário, estas abordagens cancelam as práticas e os discursos estabelecidos sem de fato buscar modificar as estruturas que mantêm as condições para a insegurança ambiental e para as injustiças sociais em escala global.

Por este motivo, diversas abordagens denominadas de críticas têm buscado questionar as bases, os enquadramentos e as ações ambientais adotadas ao redor do mundo. A partir de distintas concepções teóricas, estas abordagens buscam dar luz aos problemas ambientais a partir das condições em que ocorre o acesso e o uso dos bens naturais pelos diferentes grupos sociais.

No campo da hidropolítica, Cascão e Zeitoun (2010) formularam a abordagem da hidropolítica crítica como uma resposta a abordagens dos estudos sobre o compartilhamento das águas que não levavam em consideração as relações de poder

e o exercício de estratégias hegemônicas em bacias hidrográficas transfronteiriças. Os desdobramentos desta abordagem hidropolítica buscaram complexificar a polarização entre conflito e cooperação ao aprofundar que as interações políticas para o compartilhamento de água têm nuances que estes dois polos não captam. Trabalhos subsequentes evidenciaram as diferentes táticas e estratégias de poder usadas para controlar recursos hídricos compartilhados. Por exemplo, a existência de acordos bilaterais não é, necessariamente, uma medida precisa de boas relações entre dois países, pois ela pode ignorar estratégias de coerção e de domínio exercido pelo Estado com maior poder. Da mesma forma, os conflitos podem ser bons momentos para articular ações políticas que beneficiem os usuários de água em bases cooperativas e para procurar soluções em ambientes degradados, assim fortalecendo iniciativas em busca da sustentabilidade (Zeitoun; Mirumachi, 2008; Warner et al., 2017; Zeitoun; Goulden; Tickner, 2013).

Assim como nas discussões sobre a governança ambiental, o conceito de escalas é fundamental para a construção de instituições e organizações: em uma abordagem crítica, a definição da escala de ação no território é o momento em que são selecionados os diferentes atores que participarão ou não da formulação das políticas ambientais. Uma visão crítica sobre a adoção indiscriminada da bacia hidrográfica como unidade política para a governança dos recursos hídricos aponta que, apesar do seu reconhecimento como unidade de organização hidrológica dos fluxos superficiais, este recorte espacial apresenta limites para a governança de recursos naturais ou de sistemas socioecológicos. A questão que deve ser analisada com maior cuidado é se existiriam recortes naturais que possam ser empregados de forma acrítica para a ação política. Ao ser empregada para a governança dos recursos hídricos, a bacia hidrográfica passa a ser, também, um constructo ideológico, justificado por práticas narrativas de poder, tornando-se uma escala geográfica para a ação no espaço onde são privilegiados alguns atores ali territorializados (Hearn; Henshaw; Paisley, 2014; Molle, 2009; Sternlieb et al., 2013).

O problema da escala para a geopolítica ambiental não está restrito ao tema das águas compartilhadas, mas também para outros sistemas naturais cujos limites não coincidem com os limites político-administrativos existentes. O imbróglio para a definição de atribuições, responsabilidades e direitos de participação na tomada de decisões está presente em temas ligados ao clima, à biodiversidade, entre tantos outros pontos sensíveis.

Outra abordagem que destaca os efeitos desiguais da ação política e espacial para o controle dos recursos naturais, assim como sobre a produção de discursos e conhecimentos a respeito da emergência ambiental atual é a abordagem da justiça/ racismo ambiental. Originário em movimentos sociais, especialmente nos Estados Unidos da década de 1980, os movimentos por justiça ambiental estavam centrados em pautas contra os efeitos socialmente e racialmente discriminatórios da contaminação causada por indústrias e dos danos causados por desastres ambientais. Estes danos eram sentidos majoritariamente pela população negra e periférica norte-americana. Por este motivo, os movimentos por justiça ambiental estão ligados à pauta racial, seja em comunidades negras, latinas ou originárias. No entanto, a institucionalização dos movimentos, especialmente a partir da década de 1990, no bojo de reuniões

internacionais como a Rio-1992 levou à ampliação das pautas de reivindicações para diversas partes do mundo (Gleeson; Low, 2006).

A ampliação da pauta reivindicatória dos movimentos sociais locais que surgiram a partir da busca por condições ambientais mais dignas e justas desdobraram-se em ações que buscam maior participação popular na definição de políticas públicas na escala nacional. Mesmo que as pautas dos diferentes movimentos sociais sejam distintas e definidas por questões mais localizadas, o cerne da ação política comum é a busca pelo exercício da cidadania na definição dos usos dos bens naturais e no fim dos danos ambientais sofridos de forma mais intensa por grupos sociais e raciais já subalternizados. Assim, da mesma forma que a emergência ambiental é vista como um problema global, o resultado da injustiça e do racismo ambiental se manifesta enquanto um elemento estrutural dos riscos e das catástrofes ambientais que também devem ser elucidados no nível global. De forma simultânea ao desvelamento da cor, classe, etnia e gênero das pessoas mais afetadas pelas emergências ambientais, os movimentos sociais que lutam para garantir melhores condições de vida em seus territórios passam a se articular em redes internacionais, para compartilhar experiências e estratégias de enfrentamento em eventos como os Fóruns Sociais Mundiais e a construção de redes, como a Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA (Acselrad, 2010).

Dentre tantas esferas que passam por questionamentos ligados aos efeitos de produção de injustiça ambiental, o setor energético tem sido um dos mais criticados em relação às consequências ambientalmente desiguais das suas medidas. Ao longo de todo o sistema energético, isto é, ao longo das etapas de produção, distribuição e consumo, os efeitos negativos e positivos da exploração de recursos naturais para a produção de energia são desigualmente distribuídos ao longo de cadeias globais (Jenkins et al., 2016). A geopolítica energética tradicionalmente tem tratado sobre as disputas relacionadas ao controle das áreas de extração e circulação de combustíveis fósseis, contudo, a dimensão da justiça ambiental estaria associada às questões dos efeitos desigualmente distribuídos dos danos ambientais do uso destes combustíveis e no acesso à energia produzida a partir dessa fonte.

Agora, com a transição energética em busca por fontes renováveis de energia e com menor emissão de carbono, novas dinâmicas geopolíticas têm sido configuradas, com a emergência de novas regiões produtoras, de novos materiais críticos e de novas redes de distribuição. Neste momento de transição ainda há muito a ser discutido, em nível global, sobre a geopolítica de novas fontes de energia (Vakulchuk; Overland; Scholten, 2020). No entanto, em termos de justiça ambiental já são bastante conhecidos os efeitos negativos da instalação de grandes infraestruturas para a produção de energia renovável, especialmente, no caso brasileiro, da construção de hidrelétricas, que promovem a degradação ambiental, a remoção de um grande número de famílias e a propagação de efeitos nocivos ao longo de toda uma bacia hidrográfica (Hess; Ribeiro; Wieprecht, 2016).

Demandas por maior justiça ambiental têm ganhado destaque no mesmo passo das discussões políticas internacionais voltadas para a adaptação e a mitigação às mudanças climáticas. As reivindicações por maior justiça climática estão envoltas no debate da geopolítica crítica, evidenciam como grupos de países têm arcado com

os maiores fardos na luta para conter os efeitos da emergência climática. Espaços políticos internacionais, como as Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, têm se mostrado ao longo dos anos campos de disputa ainda dominados pelos países hegemônicos do Norte Global, marcadas por proposições baseadas em visões colonialistas do sistema internacional e por respostas estruturadas em mecanismos de capitalização da natureza. Esta assimetria de poder é materializada em medidas que definem os grupos de países e sociais que arcam com as consequências das mudanças climáticas, enquanto em países hegemônicos o hiperconsumo é mantido, matrizes energéticas com combustíveis fósseis são lentamente reduzidas ou até mesmo mantidas, assim como modelos de desenvolvimento desiguais. No entanto, estes espaços são também onde reverberam os discursos dos países afetados e de grupos sociais subalternizados, garantindo assim a politização da emergência climática que vivemos (Sultana, 2022).

Assim, tanto as abordagens da geopolítica ambiental crítica, como as mudanças no conceito de geopolítica, buscam trazer novos atores, discursos e visões acerca dos embates envolvendo a apropriação e o uso dos bens comuns. A elucidação das assimetrias de poder entre Estados nacionais e entre grupos políticos são também elementos fundamentais para entender as reivindicações de melhorias nas condições de acesso aos bens necessários para a sobrevivência, bem-estar e desenvolvimento humano em um mundo que vive uma emergência ambiental.

Considerações finais

Este capítulo buscou sintetizar diferentes abordagens a respeito das ações geopolíticas adotadas para lidar com a emergência ambiental contemporânea. Desde a década de 1970, quando a pauta ambientalista se tornou presente de forma recorrente nos embates políticos e econômicos, tanto no nível nacional quanto internacional, engendrando ações espaciais diferenciadas, podemos afirmar que surge uma *geopolítica ambiental*. Neste debate acerca das abordagens da geopolítica ambiental contemporânea, profissionais de diversas áreas do conhecimento têm produzido reflexões sobre as melhores formas de agir, dado o grau da crise vivenciado ao redor do mundo. Dentro desta diversidade, privilegiamos as preocupações geográficas enquanto lente de análise da geopolítica ambiental.

No capítulo aqui apresentado discutimos o problema da escala na ação geopolítica ambiental. A definição dos enquadramentos espaciais, da organização dos níveis adequados para a ação ambiental e das interações entre agentes políticos situados em diferentes escalas são problemas essenciais para compreender e agir na emergência ambiental. Neste momento, os problemas ambientais estão conectados a redes e a estruturas globais, ao mesmo tempo em que os efeitos negativos são sentidos de forma diferenciada entre grupos sociais e entre localidades.

Por fim, este problema é endereçado de formas específicas por cada uma das abordagens apresentadas. Em abordagens realistas, o Estado nacional é valorizado enquanto o ator político fundamental na articulação de respostas e objeto de amea-

ças da crise ambiental. Em ações que procuram institucionalizar a governança ambiental e garantir mecanismos de participação entre diferentes atores, a designação de escalas apropriadas para a ação ambiental é um desafio para a convergência da sociedade civil, do poder público e do mercado. Por fim, as escalas também podem ser analisadas como espaços para o embate e para a reivindicação, onde as assimetrias de poder são vivenciadas e disputadas.

Referências

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, p. 103–119, 2010.

ALBERT, J. S. et al. Human impacts outpace natural processes in the Amazon. **Science**, v. 379, n. 6630, 2023.

ARTAXO, P. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 53–66, 2020.

BASSIN, M. Politics from nature: environment, ideology, and the determinist tradition. Em: AGNEW, J.; MITCHELL, K.; TOAL, G. (Eds.). **A companion to political geography**. [s.l.] Blackwell publisher, 2006. p. 13–29.

BRIDGE, G.; PERREAULT, T. Environmental governance. Em: CASTREE, N. et al. (Eds.). **A companion to environmental geography**. Blackwell Companion to Geography. Malden, USA; Oxford, UK: [s.n.]. 2009, p. 475–497.

CAMPELLO, M. DE M. C. **A quem interessar possa! A geopolítica ambiental e os impactos sobre o pré-sal brasileiro**. Tese de doutorado—Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

CASCÃO, A. E.; ZEITOUN, M. Power, Hegemony and Critical Hydropolitics. Em: **Transboundary Water Management**. [s.l.] Routledge, 2010.

CASTREE, N. The geopolitics of nature. Em: AGNEW, J.; MITCHELL, K.; TOAL, G. (Eds.). **A companion to political geography**. [s.l.] Blackwell publisher, 2006, p. 423–439.

COHEN, A. Nature's scales? Watersheds as a link between water governance and the politics of scale. Em: NORMAN, E.; COOK, C.; COHEN, A. (Eds.). **Negotiating water governance: why the politics of scale matter**. Ashgate studies in environmental policy and practice. [s.l.] Ashgate, 2015, p. 25–40.

DALBY, S. **Anthropocene geopolitics: globalization, security, sustainability**. Ottawa, Ontario: University of Ottawa Press, 2020.

DE VILLIERS, M. **Water: the fate of our most precious resource**. Completely revised and updated ed. Toronto: M&S, 2003.

FEAM. **Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM - Prevenção e Emergência**

Ambiental. Disponível em: <<http://www.feam.br/prevencao-e-emergencia-ambiental>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

GLEESON, B.; LOW, N. Environmental justice. Em: AGNEW, J.; MITCHELL, K.; TOAL, G. (Eds.). **A companion to political geography**. [s.l.] Blackwell publisher, 2006, p. 455–468.

GLEICK, P. H. Water and Conflict: Fresh Water Resources and International Security. **International Security**, v. 18, n. 1, p. 79–112, 1993.

GLEICK, P. H. A Look at Twenty-first Century Water Resources Development. **Water International**, v. 25, n. 1, p. 127–138, 2000.

GLEICK, P.; ICELAND, C. **Water, Security and Conflict**. [s.l: s.n.], 2018.

GOODWIN, M.; JONES, M.; JONES, R. **Rescaling the state: devolution and the geographies of economic governance**. Manchester: Manchester University Press, 2017.

GUPTA, J.; VEGELIN, C.; POUW, N. Lessons learnt from international environmental agreements for the Stockholm + 50 Conference: celebrating 20 Years of INEA. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 22, n. 2, p. 229–244, 2022.

HASSENFORDER, E.; BARONE, S. Institutional arrangements for water governance. **International Journal of Water Resources Development**, v. 35, n. 5, p. 783–807, 2019.

HEARNS, G. S.; HENSHAW, T. W.; PAISLEY, R. K. Getting what you need: Designing institutional architecture for effective governance of international waters. **Environmental Development**, v. 11, p. 98–111, 2014.

HESS, C. E. E.; RIBEIRO, W. C.; WIEPRECHT, S. Avaliando a Justiça Ambiental em grandes projetos hidrelétricos: o caso de São Luiz do Tapajós, no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 37, n. 0, 2016.

HIGGOTT, R. International Political Institutions. Em: RHODES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. (Eds.). **The Oxford handbook of political institutions**. Oxford handbooks of political science. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2006, p. 613–632.

JENKINS, K. et al. Energy justice: A conceptual review. **Energy Research & Social Science**, v. 11, p. 174–182, jan. 2016.

KAPLAN, R. D. **The Coming Anarchy**. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1994/02/the-coming-anarchy/304670/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

KLARE, M. T. The Geography(ies) of Resource Wars. Em: MATTHEW, R. et al. (Eds.). **Routledge Handbook of Environmental Security**. 1. ed. London: Routledge, 2021, p. 29–42.

LATOUR, B. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

LE BILLON, P. The political ecology of war: natural resources and armed conflicts. **Political Geography**, v. 20, n. 5, p. 561–584, 2001.

LE BILLON, P. The Geopolitical economy of 'resource wars'. **Geopolitics**, v. 9, n. 1, p. 1–28, 2004.

LE BILLON, P. Geographies of War: Perspectives on 'Resource Wars'. **Geography Compass**, v. 1, n. 2, p. 163–182, 2007.

MOLLE, F. River-basin planning and management: The social life of a concept. **Geoforum**, v. 40, n. 3, p. 484–494, 2009.

NIZKORODOV, E.; MATTHEW, R. Introduction. Em: MATTHEW, R. et al. (Eds.). **Routledge Handbook of Environmental Security**. 1. ed. London: Routledge, 2021, p. 1–8.

NORMAN, E. S.; COOK, C.; COHEN, A. (EDS.). **Negotiating water governance: why the politics of scale matter**. Farnham, Surrey Burlington, VT: Ashgate, 2015.

O'LEAR, S. **Environmental geopolitics**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2018.

PAHL-WOSTL, C. Governance of the water-energy-food security nexus: A multi-level coordination challenge. **Environmental Science & Policy**, v. 92, p. 356–367, 2019.

PAHL-WOSTL, C. et al. Scale-related governance challenges in the water–energy–food nexus: toward a diagnostic approach. **Sustainability Science**, v. 16, n. 2, p. 615–629, 2021.

RIBEIRO, W. C. Teorias socioambientais: em busca de uma nova sociedade. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 9–13, 2010.

RIBEIRO, W. C. Shared use of transboundary water resources in la plata river basin: utopia or reality? **Ambiente & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 257–270, 2017.

SCHMEIER, S. **Governing international watercourses: river basin organizations and the sustainable governance of internationally shared rivers and lakes**. New York: Routledge, 2013.

SCHMEIER, S.; SHUBBER, Z. Anchoring water diplomacy – The legal nature of international river basin organizations. **Journal of Hydrology**, v. 567, p. 114–120, 2018.

SHIVA, V. **Water wars: privatization, pollution, and profit**. Berkeley, California: North Atlantic Books, 2016.

SILVA, L. P. B.; HUSSEIN, H. Production of scale in regional hydropolitics: An analysis of La Plata River Basin and the Guarani Aquifer System in South America. **Geoforum**, v. 99, p. 42–53, 2019.

SPETH, J. G.; HAAS, P. M. **Global environmental governance**. Washington: Island Press, 2006.

STERNLIEB, F. et al. A question of fit: Reflections on boundaries, organizations and social–ecological systems. **Journal of Environmental Management**, v. 130, p.

117–125, 2013.

SULTANA, F. The unbearable heaviness of climate coloniality. **Political Geography**, v. 99, 2022.

THE ECONOMIST. Disputes over water will be an increasing source of international tension. **The Economist**, 2019.

VAKULCHUK, R.; OVERLAND, I.; SCHOLTEN, D. Renewable energy and geopolitics: A review. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 122, 2020.

WARNER, J. et al. Transboundary 'hydro-hegemony': 10 years later: Hydro-hegemony 10 years after. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Water**, v. 4, n. 6, 2017.

WHALEY, L. Water Governance Research in a Messy World: A Review. **Water Alternatives**, v. 15, n. 2, p. 33, 2022.

WHITEHEAD, M. **Spaces of sustainability: geographical perspectives on the sustainable society**. London: Routledge, 2007.

WHITEHEAD, M.; JONES, R.; JONES, M. **The nature of the state: excavating the political ecologies of the modern state**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2007.

WOOLLEY, O. **Ecological governance: reappraising law's role in protecting ecosystem functionality**. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2014.

ZEITOUN, M.; GOULDEN, M.; TICKNER, D. Current and future challenges facing transboundary river basin management. **Wiley Interdisciplinary Reviews-Climate Change**, v. 4, n. 5, p. 331–349, 2013.

ZEITOUN, M.; MIRUMACHI, N. Transboundary water interaction I: reconsidering conflict and cooperation. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 8, n. 4, p. 297–316, 2008.

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.